

DIEGO PEREIRA SANTOS

TEATRO DE RUA E HISTÓRIA PÚBLICA:

CORPO E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO
NO ESPAÇO URBANO



Produto Educacional
Guia Metodológico para o Ensino de História

2025

Diego Pereira Santos

Teatro de Rua e História Pública: Corpo e Memória da Escravidão no Espaço Urbano

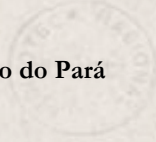


Núcleo de Estudos Afro-brasileiros | UEPA

2025



Universidade do Estado do Pará



Reitor Clay Anderson Nunes Chagas
Vice-Reitora Ilma Pastana Ferreira
Pró-Reitora de Graduação Ayclena Coelho Costa
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação Luanna de Melo Pereira Fernandes
Pró-Reitor de Extensão Higson Rodrigues Coelho
Diretor do CCSE Frederico Bicalho

Conselho Editorial
 Profa. Dra. Aline Vieira de Albuquerque - UERJ
 Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes - UFPA
 Prof. Dr. Elielson de Souza Figueiredo - UEPA
 Prof. Dr. Raimundo Santos de Castro - IFMA
 Prof. Dr. Ronaldo Barros Ripardo - UNIFESSPA
 Prof. Dr. Saulo Furletti - IFMG

Projeto Gráfico e Diagramação

Emerson Batista Gomes

Revisão Gramatical e Ortográfica

Ana Maria de Carvalho

Revisão Técnica

Aiala Colares de Oliveira Couto
Ronilson Freitas de Souza

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Diego Pereira
 Teatro de rua e história pública [livro eletrônico] : corpo e memória da escravidão no espaço urbano / Diego Pereira Santos. -- Belém, PA : Instituto Mãe Crioula, 2025.
 PDF

Bibliografia.
 ISBN 978-65-989454-6-6

1. Espaço urbano 2. História - Estudo e ensino 3. Memória 4. Teatro 5. Relações étnico-raciais
 I. Título.

26-350026.0 DOI: 10.5281/zenodo.19476310 CDD-907

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Estudo e ensino 907

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional.



Sobre o autor



DIEGO PEREIRA SANTOS

Mini currículo: Licenciado em História (UFPA, 2010); Mestre em História Social da Amazônia (UFPA, 2013) e Doutor em Sociedade e Cultura: História, Antropologia, Arte e Patrimônio (UB, 2023). Líder do grupo de pesquisa Mundo Atlântico e Escravidão Negra na Amazônia (MAENA/UEPA) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas da Escravidão e Abolicionismo na Amazônia (GEPEAM/UFPA). Professor da Universidade do Estado do Pará e da Secretaria de Estado de Educação.

E-mail: diego.pereira@uepa.br

ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3661474109901876>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7589-2571>

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Tipo do Produto: Guia Metodológico.

Nome do produto: Teatro de Rua e História Pública: Corpo e Memória da Escravidão no Espaço Urbano/ Street Theater and Public History: Body and Memory of Slavery in Urban Space.

Origem do Produto: Projeto de extensão aprovado no Programa de Ação Comunitária PROEX-PAC/UEPA

Público-alvo: professores e mediadores culturais, comunidades locais, estudantes e público urbano.

Finalidade: Este produto busca visibilizar o negro como agente construtor da urbe, destacando redes de sociabilidade e resistência através de uma arqueologia documental capaz de identificar a história sob o asfalto.

Nível de Ensino a que se destina o produto: Ensino Superior; com foco específico na formação de estudantes de graduação em História; professores da educação básica como tecnologia educacional; mediadores culturais em ambientes de extensão universitária.

Caráter inovador do PE: Relatar se ele tem alto teor inovador (desenvolvimento com base em conhecimento inédito); médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos) ou baixo teor inovador (adaptação de conhecimento existente).

Setor da Sociedade beneficiado pelo impacto: Educação.

Cidade/País: Belém/Pará

Ano: 2025.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
1. NATUREZA DO PRODUTO.....	9
2. JUSTIFICATIVA.....	10
3. OBJETIVO DO PRODUTO.....	12
4. PÚBLICO-ALVO DO PRODUTO.....	13
5. QUADRO TÉCNICO.....	13
6. ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO.....	15
ESTRUTURA METODOLÓGICA.....	18
7. O ROTEIRO DOS ATOS.....	23
8. AVALIAÇÃO.....	28
9. DIFERENCIAIS DO PRODUTO.....	31
10. IMPACTO.....	31
11. APLICAÇÃO.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
APÊNDICE.....	36
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

APRESENTAÇÃO

Este guia metodológico sistematiza o projeto “Memórias da Escravidão Negra no Centro Histórico de Belém”, uma iniciativa que, sob minha coordenação, Diego Pereira Santos, articula a pesquisa documental e a performance artística como ferramentas essenciais de reparação histórica. A proposta surge de um profundo incômodo social diante da invisibilização da memória negro-africana na capital paraense, buscando desconstruir o rótulo de “Cidade Morena” para afirmar a existência de uma “Cidade Negra” pulsante e historicamente negada.

O projeto foi desenvolvido em sete etapas articuladas, que abrangem desde o levantamento documental e a definição do percurso urbano até a construção do roteiro e a execução da intervenção pública. A intervenção desdobra-se em quatro atos pedagógicos que ativam categorias como lugares de memória e silenciamento: o primeiro focado na fé das irmandades negras; o segundo na denúncia da brutalidade dos castigos coloniais; o terceiro na crítica à lógica mercantil da escravização em meio ao fluxo urbano; e o quarto na afirmação da liberdade e agência através do “brado dos nomes”.

INTRODUÇÃO

O guia metodiza o projeto “Memórias da Escravidão Negra no Centro Histórico de Belém”, que surge de um incômodo intelectual e social frente à invisibilização da memória negra na capital paraense. O projeto articula a pesquisa documental e a performance artística como ferramentas de reparação.

Caracterizado como uma tecnologia educacional e social de História Pública, este material fundamenta-se na necessidade de enfrentar o apagamento arquitetônico de Belém, no qual os marcos da presença negra foram frequentemente soterrados por reformas urbanísticas. Para tanto, propôs-se uma arqueologia documental capaz de identificar a agência de sujeitos negros, rompendo o silêncio sobre a ausência de monumentos que narrem suas trajetórias e visibilizando o negro como *sujeito* construtor, e não apenas como *objeto* de estudo.

A metodologia estrutura-se em três eixos indissociáveis: a pesquisa histórica rigorosa em fontes primárias, a educação patrimonial e o teatro de rua como intervenção estética e política. Central a esse processo é o conceito de “corpo-território”, no qual o participante assume o papel de ator-historiador, utilizando seu próprio corpo como um arquivo vivo e político na praça pública para conferir sentido à ação pedagógica.

Ao integrar o “imprevisto” e os ruídos da cidade à cena, este guia busca promover uma reparação simbólica e combater o mito da “democracia racial”, enfrentando a colonialidade e oferecendo ferramentas práticas para que professores, mediadores culturais e comunidades possam produzir sentidos situados sobre o passado. Diferente de um modelo fechado, este é um instrumento aberto ao aprimoramento contínuo, reafirmando o potencial da união entre território, corpo e fontes históricas para a valorização de saberes historicamente invisibilizados na Amazônia. Assim, reafirma-se o compromisso de retirar a história das salas de aula e devolvê-la ao espaço público, onde a memória da escravidão e da resistência negra pode, enfim, ser plenamente reconhecida e bradada como parte integrante e viva da identidade.

1. NATUREZA DO PRODUTO

Este material caracteriza-se como uma tecnologia educacional e social de História Pública. Consiste em um guia didático instrucional que organiza uma experiência de extensão universitária voltada para a educação patrimonial efetiva por meio do teatro de rua.

2. JUSTIFICATIVA

A necessidade deste guia fundamenta-se no “apagamento arquitetônico” de Belém. Enquanto o progresso é simbolizado pelo *Art Nouveau* e Ecletismo, os espaços relacionados à presença negra, em sua maioria, foram soterrados, ao longo do tempo, por diversas reformas urbanísticas. Essa história esteve associada à escravidão, às relações de sociabilidades e vínculos desses sujeitos ao longo do tempo, não obstante a construção da liberdade a partir da abolição da escravidão. Nesse sentido, faz-se necessária a constituição de uma “arqueologia documental” para identificar a história negra sob o asfalto e o mármore.

Figura 1 – Planta Geométrica da cidade de Belém do Gram Pará (1753).



Fonte: **Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [cartográfico]**. 1753. 1 mapa ms, aquarelado, 47 x 68cm em f.51 x 72,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325149/cart325149.jpg. Acesso em: 22 set. 2024

Figura 2 – Plano Geral da Cidade do Pará (1791).



Fonte: Freire, José Joaquim. **Plano geral da cidade do Pará em 1791** tirado por ordem do Ilmo e Exmº sr. d. Francisco de Sousa Coutinho governador e capitão general do estado do Grão-Pará e Rio Negro: levantado pelo tenente coronel de artilharia com exercício de engenheiro Teodósio Constantino de Chermont, 1791.

3. OBJETIVO DO PRODUTO

- ✓ Contribuir para romper o silêncio sobre a ausência de marcos de memória relacionados aos negros no Centro Histórico de Belém;

- ✓ Visibilizar o sujeito negro como agente sujeito construtor da *urbe* e não apenas objeto de estudo;
- ✓ Resignificação simbólica, destacando redes de sociabilidade, fé e resistência em detrimento de narrativas apenas focadas na violência do cativo e da escravização;
- ✓ Recontextualização do saber acadêmico para o Teatro de Rua.

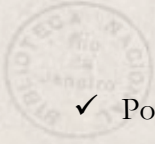
4. PÚBLICO-ALVO DO PRODUTO

- ✓ Público principal: professores e mediadores culturais
- ✓ Público secundário: estudantes, comunidades locais, público urbano.

5. QUADRO TÉCNICO

- ✓ Duração sugerida: entre quatro e oito semanas, contemplando as etapas de levantamento documental, formação dos participantes, construção do roteiro, ensaios e execução da intervenção pública;
- ✓ Número de participantes: de 10 a 20 discentes;
- ✓ Perfil dos participantes: estudantes de graduação em História (especialmente licenciandos), podendo incluir professores da educação básica e mediadores culturais;

- ✓ Equipe responsável: um docente da área de História, responsável pela coordenação geral, e um colaborador com experiência em práticas teatrais, corporais ou de mediação cultural;
- ✓ Espaço de realização: áreas urbanas com relevância histórica e potencial de circulação, como centros históricos, praças, ruas e outros espaços públicos;
- ✓ Materiais necessários: fontes históricas (documentais, cartográficas e iconográficas), figurinos simples, materiais impressos de apoio (cartilhas, glossários) e recursos para registro (câmera, celular, gravador);
- ✓ Etapas principais: levantamento histórico-documental; definição do percurso urbano; formação dos participantes; construção do roteiro; ensaios e ajustes; intervenção pública; avaliação;
- ✓ Produto final: realização de intervenção de teatro de rua fundamentada em pesquisa histórica, acompanhada da produção de materiais didáticos e registros da atividade;
- ✓ Nível de complexidade: médio, considerando a articulação entre pesquisa historiográfica, prática pedagógica e experimentação corporal;

- 
- ✓ Possibilidades de adaptação: aplicável a diferentes contextos urbanos e temáticos, com ajustes nos conteúdos históricos, nos percursos e nas estratégias de mediação, desde que preservados os princípios da proposta.

6. ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO

A operacionalização da proposta metodológica organiza-se em etapas articuladas, que não devem ser compreendidas de forma rígida ou linear, mas como um percurso orientador capaz de ser ajustado conforme o contexto de aplicação. Essas etapas resultam da experiência desenvolvida no projeto de extensão e expressam a integração entre investigação histórica, experimentação corporal e intervenção no espaço urbano.

Primeira etapa

Levantamento histórico-documental: orientado pela identificação, seleção e análise de fontes que permitam construir uma base narrativa consistente sobre o tema a ser trabalhado. Nesse momento, mobilizam-se documentos escritos, cartográficos e iconográficos, bem como referências bibliográficas que contribuam para a compreensão das dinâmicas históricas associadas ao território.

Segunda etapa

Definição do percurso urbano: envolve a escolha dos espaços nos quais a intervenção será realizada. Trata-se de reconhecer o território como elemento ativo da proposta, selecionando pontos que dialoguem com os conteúdos históricos levantados e que apresentem potencial de circulação e interação com o público.

Terceira etapa

Formação dos participantes: ênfase na articulação entre leitura das fontes, discussão dos conteúdos históricos e práticas de experimentação corporal. Nesse processo, destaca-se a construção do que se pode denominar ator-historiador, sujeito que mobiliza o corpo como instrumento de mediação e produção de conhecimento histórico.

Quarta etapa

Construção do roteiro: estruturado a partir da organização dos conteúdos em atos ou cenas, nos quais se articulam ação, espaço e sentido histórico. Esse momento exige a tradução da pesquisa em linguagem acessível e performática, sem perder a complexidade dos processos históricos abordados.

Quinta etapa

Realização dos ensaios e ajustes: preferencialmente nos próprios espaços onde ocorrerá a intervenção. Trata-se de testar deslocamentos, tempos de execução, formas de interação com o público e adequação das ações ao ambiente urbano, permitindo refinamentos na proposta.

Sexta etapa

Execução pública da intervenção, momento em que se concretiza a articulação entre pesquisa, ensino e extensão. A atividade deve ser conduzida de modo a favorecer a participação do público e a construção de experiências significativas de contato com o conhecimento histórico.

Sétima etapa

Avaliação da atividade: realizada por meio de estratégias como rodas de conversa, registros escritos e audiovisuais e análise das percepções dos participantes e do público. Essa etapa é fundamental para a sistematização da experiência e para o aprimoramento contínuo da metodologia.

Ao longo dessas etapas, a avaliação não se configura como momento isolado, mas como dimensão constitutiva do processo, articulando-se às diferentes fases da atividade. Nesse sentido, a proposta prevê a realização de uma avaliação diagnóstica inicial,

voltada à identificação dos conhecimentos prévios dos participantes; de uma avaliação formativa, baseada na observação do engajamento, da participação e da construção coletiva do roteiro; e de uma avaliação final, realizada por meio de rodas de conversa, registros escritos e análise das percepções dos participantes e do público. Tais procedimentos permitem não apenas acompanhar o desenvolvimento da atividade, mas também produzir elementos para sua sistematização e aprimoramento.

ESTRUTURA METODOLÓGICA

A metodologia articula três eixos indissociáveis:

1. Pesquisa Histórica: rigor documental em fontes primárias como registros cartográficos sob a salvaguarda da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (disponíveis em: <https://bndigital.bn.gov.br/>), documentos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino sobre a capitania do Grão-Pará (disponíveis em: <https://resgate.bn.gov.br/>), Correspondência dos governadores do Pará com a corte existentes no Arquivo Nacional – Rio de Janeiro e periódicos que circulavam em Belém presentes na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

(disponíveis em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

2. Educação Patrimonial: Produção, organização e divulgação de material de mediação (cartilhas contendo glossários de termos relacionados à colonização e à sociedade escravista).
3. Teatro de Rua: Intervenção estética e política dividida em quatro atos pedagógicos, pensados diante da ideia de re(ocupação) dos espaços pelos negros. Marcadores espaciais em que eles estiveram presentes, muitas vezes como trabalhadores, mas que historicamente foram negados a eles como agentes ativos.

Corpo-território: A preparação do ator-historiador

Sob orientação do professor de História e de teatro, Gabriel Serrão, discentes da Universidade do Estado do Pará passaram por uma iniciação teatral que conectou os registros documentais da pesquisa ao corpo. O conceito de “corpo-território” foi central, além disso, a participação de estudantes negros transformou o ato em um exercício de protagonismo, no qual o corpo negro na praça pública atua como um arquivo vivo e político, conferindo sentido à ação pedagógica.

Figura 3 – Registro do 1º ensaio teatral na igreja de São Judas Tadeu, bairro da Condor.



Fonte: elaboração própria (2024).

Figura 4 – Iniciação ao teatro na igreja de São Judas Tadeu, no bairro da Condor.



Fonte: elaboração própria (2024).

Figura 5 – Ensaio na igreja de São Judas Tadeu, bairro da Condor.



Fonte: elaboração própria (2024).

7. O ROTEIRO DOS ATOS

A execução dos atos pode ser compreendida como momento privilegiado de avaliação da proposta, na medida em que permite observar, em situação concreta, a recepção do público, os modos de interação e a capacidade da intervenção de mobilizar reflexões sobre os conteúdos históricos apresentados.

Figura 6 – Traçado do Centro Histórico de Belém indicando o percurso percorrido



Fonte: Google Earth (2024)

O roteiro pedagógico estrutura-se em quatro atos que articulam, de forma aplicada, os conceitos apresentados na fundamentação teórica. Cada momento da intervenção não apenas

encena um conteúdo histórico, mas ativa categorias analíticas como lugares de memória, silenciamento, História Pública e corpo-território, convertendo o espaço urbano em campo de produção de conhecimento.

No Ato I, ao mobilizar práticas de fé e sociabilidade, evidencia-se a construção de redes negras em diálogo com os lugares de memória, entendidos como espaços de resistência e permanência simbólica.

- ✓ Histórico: Foco na devoção aos santos negros da irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (“Atlantes da Etiópia”). O compromisso (estatuto) da “Irmandade dos Etíopes” evidencia a organização negra dentro da estrutura eclesiástica, na qual a fé servia como rede de proteção e sociabilidade;
- ✓ Ação: Encenação do culto. Instrução metodológica: Os atores devem utilizar o formato de “procissão” para transitar do espaço sagrado para a rua secular, arrastando o público e enfatizando a transição da fé privada para a presença pública. Destaque para o caráter exterior do catolicismo leigo, associado ao cortejo e a veneração aos santos de devoção.

No Ato II, a encenação da violência e do castigo explicita os processos de silenciamento, tornando visível aquilo que foi historicamente ocultado ou naturalizado na paisagem urbana.

- ✓ Histórico: Local da Polé e do primeiro pelourinho. Em 1700, o Padre Francisco Tavares Macedo solicitou a retirada da polé, alegando que o instrumento de sacrifício “afrontava” as igrejas (Sé, Santo Alexandre e Santo Cristo) e “incomodava” o comedimento das procissões. A dor do escravizado era compreendida como mera “perturbação” visual para a elite;
- ✓ Ação: Representação do impacto visual dos castigos corporais. Instrução: Contrastar a “paz religiosa” do entorno da *Feliz Lusitânia*, conjunto histórico localizado no centro histórico, com a brutalidade do instrumento de tortura, expondo a hipocrisia do decoro colonial.

No Ato III, a dinâmica mercantil evidencia a lógica de objetificação dos corpos negros, permitindo ao público estabelecer relações entre passado e presente, em consonância com a perspectiva da História Pública.

- ✓ Histórico: Ponto nevrálgico da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A administração funcionava na esquina da Rua João Alfredo (antiga Rua dos

Mercadores / Rua da Cadeia). Ali, seres humanos eram desembarcados, precificados e comercializados chegando a gerar até “tumultos” às portas da empresa monopolista;

- ✓ Ação: Reprodução da cidade em movimento. Instrução: Os atores devem simular a negociação e vigilância de corpos em meio ao fluxo real de trabalhadores contemporâneos da feira, evidenciando a permanência da lógica mercantil sobre os *corpos negros*.

No Ato IV, o brado dos nomes e a afirmação da liberdade operam como gesto de reinscrição simbólica, no qual o corpo-território se manifesta de forma mais evidente, afirmando presença, memória e agência no espaço público.

- ✓ Histórico: O antigo Teatro Providência (Rua dos Mercadores) abrigou a *Associação Filantrópica de Emancipação dos Escravos* (1869). Hoje, o espaço de luta pela liberdade é ocupado pelas lojas Plataforma Calçados, Armarinho Valenciana, Anne Modas e Baratão das Calcinhas, um exemplo drástico de apagamento da memória diante da atividade comercial;
- ✓ Ação: O Brado dos Nomes. Exibição de jornais com a Lei Áurea. Instrução: Em um ato final de insurgência, os atores-discentes devem bradar seus próprios nomes em voz alta,

junto a expressão “presente!”. A ideia é negar a condição de “peças” ou “objetos”, afirmando a humanidade e suas presenças na Belém de hoje.

Figura 7 – Largo das Mercês



Fonte: Righini, Joseph Léon. **Panorama do Pará em doze vistas:** Largo das Mercês. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/galeriarighini.html>. Acesso em: 18 dez. 2024.

Figura 8 – A luta pela liberdade vira presença marcante,



Fonte: José Eduardo Canuto Aleixo (2024).

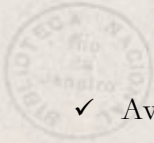
8. AVALIAÇÃO

A avaliação da proposta metodológica organiza-se de forma processual, acompanhando as diferentes etapas da atividade e buscando compreender não apenas a apropriação de conteúdos históricos, mas também as transformações nas percepções sobre memória, patrimônio e presença negra no espaço urbano.

- ✓ Avaliação diagnóstica: realizada no início das atividades, por meio de roda de conversa ou aplicação de questionário breve (com 3 a 5 questões abertas), voltado à identificação dos conhecimentos prévios dos participantes acerca da presença negra na cidade e dos lugares de memória. Como

forma de orientação, podem ser utilizadas questões como: “Quais espaços da cidade você associa à presença negra?”; “Você conhece lugares relacionados à escravidão em Belém?”; “Como você percebe a presença negra no espaço urbano na atualidade?”;

- ✓ Avaliação formativa: desenvolvida ao longo do processo, com base na observação do engajamento dos participantes nas atividades, na participação nas discussões, na construção do roteiro e na atuação nos ensaios e na intervenção pública. Para isso, pode-se utilizar um roteiro simples de observação, considerando aspectos como participação, apropriação dos conteúdos históricos e capacidade de expressão corporal. Esse acompanhamento pode ser registrado por meio de anotações breves ao longo das atividades, permitindo identificar avanços, dificuldades e formas de participação dos discentes;
- ✓ Avaliação da intervenção pública: realizada durante a execução dos atos, a partir do registro da interação com o público, das reações dos transeuntes e da capacidade da intervenção de provocar questionamentos e reflexões. Esses registros podem ser feitos por meio de anotações de campo ou gravações audiovisuais;



- ✓ Avaliação final: realizada após a intervenção, por meio de roda de conversa, registros escritos ou formulários, buscando identificar mudanças nas percepções dos participantes sobre o patrimônio, a memória da escravidão e o papel da História no espaço público.

Ao final, os dados produzidos podem ser sistematizados em relatórios ou registros reflexivos, contribuindo para o aprimoramento da metodologia e sua reaplicação em outros contextos.

9. DIFERENCIAIS DO PRODUTO

- ✓ Corpo-Território: O corpo negro na praça pública atua como um arquivo vivo e político;
- ✓ Roteiro Pedagógico Urbano: Converte o espaço urbano em campo de produção de conhecimento prático;
- ✓ Integração com o “imprevisto”: A circulação de trabalhadores e ruídos urbanos são integrados à cena, reforçando o caráter público da história para além da sala de aula.

10. IMPACTO

- ✓ Reparação simbólica: O projeto combate o choque do desconhecimento de transeuntes que ignoram a história de escravidão nas praças que ocupam como trabalhadores, consumidores ou turistas;
- ✓ Desconstrução de Mitos: Enfrenta o mito da “democracia racial” e a narrativa eurocêntrica dominante, estimulando um entendimento da história *a partir* da presença negra, não obstante as ações / tensões associadas à colonização e o exercício desse poder pretérito no presente, a colonialidade;
- ✓ A integração ensino, pesquisa e extensão: Contribui diretamente ao articular a formação de estudantes, a

produção de conhecimento histórico e sua socialização no espaço público. No âmbito do ensino, possibilita a formação de sujeitos capazes de mobilizar diferentes linguagens e práticas pedagógicas no ensino de História. No campo da pesquisa, estimula o levantamento, a análise e a problematização de fontes históricas, especialmente aquelas relacionadas à memória da escravidão e do pós-abolição. Já na extensão, materializa-se na intervenção urbana, promovendo o diálogo com diferentes públicos e ampliando o acesso ao conhecimento histórico.

11. APLICAÇÃO

O guia oferece adaptações para:

- ✓ Escolas: desenvolvimento de percursos históricos no entorno da instituição, com encenação de ao menos um dos atos adaptados à faixa etária dos estudantes, priorizando atividades de dramatização, leitura de fontes e produção de narrativas históricas;
- ✓ Museus: realização de intervenções performáticas articuladas ao acervo ou às exposições, com mediação conduzida por atores-historiadores em pontos específicos

do percurso expositivo, favorecendo a problematização das narrativas institucionais;

- ✓ Comunidades: construção coletiva de roteiros a partir de memórias locais, com coleta de relatos orais, identificação de lugares significativos e definição participativa dos espaços de intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente guia metodológico sistematiza uma experiência construída no âmbito da extensão universitária, reafirmando o potencial da articulação entre pesquisa histórica, prática pedagógica e intervenção no espaço público. Ao propor uma abordagem que integra território, corpo e fontes históricas, a metodologia apresentada busca não apenas difundir conhecimentos sobre o passado, mas também produzir formas situadas de compreensão da realidade local, em diálogo com suas dinâmicas sociais e culturais.

Ao longo de sua elaboração, evidenciou-se que o trabalho com o espaço urbano, associado à experimentação corporal e à mobilização de diferentes linguagens, amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem em História, ao mesmo tempo em que favorece a construção de experiências coletivas de memória e reflexão crítica. Nesse sentido, a proposta contribui para o

fortalecimento de práticas de história pública e para a valorização de saberes historicamente invisibilizados, especialmente aqueles relacionados às experiências da escravidão e do pós-abolição na região amazônica.

Trata-se, portanto, de uma metodologia que, embora ancorada em uma experiência específica, apresenta potencial de adaptação a diferentes contextos, públicos e temáticas, desde que preservados seus princípios estruturantes: o diálogo com as fontes, a centralidade do território e a construção coletiva do conhecimento. Sua aplicação pode contribuir tanto para a formação de professores quanto para o desenvolvimento de ações educativas e culturais em distintos espaços institucionais e comunitários.

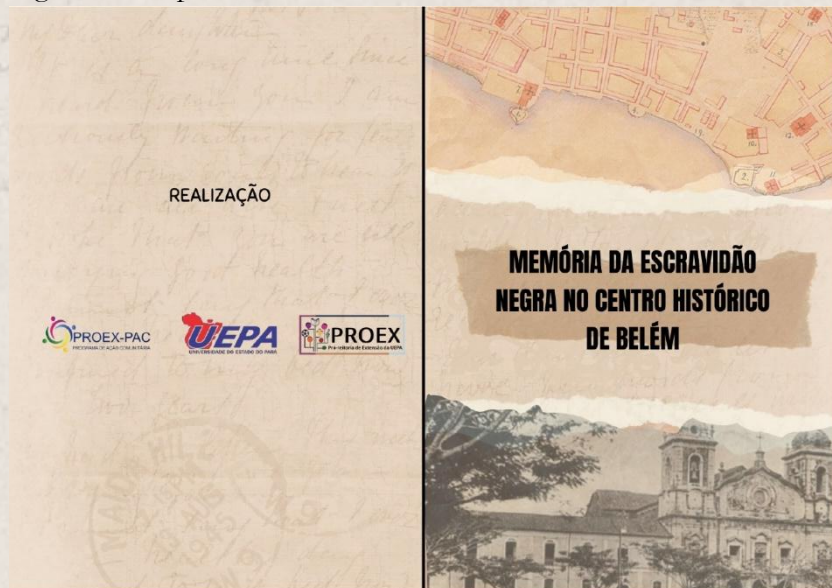
Cabe destacar, ainda, que a metodologia apresenta significativa capacidade de adaptação a diferentes contextos de aplicação, podendo ser desenvolvida em ambientes escolares, instituições culturais, projetos de extensão universitária e iniciativas comunitárias. Em cada caso, sua operacionalização demanda ajustes relacionados ao público, ao território e à complexidade das atividades, sem, contudo, perder de vista seus princípios estruturantes, como o diálogo com as fontes, a centralidade do espaço urbano e a construção coletiva da experiência.



Por fim, ressalta-se que este guia não se propõe como modelo fechado, mas como instrumento aberto, passível de reelaboração e aprimoramento a partir de novas experiências. Ao se vincular a uma agenda de pesquisa comprometida com os estudos sobre memória, história pública e populações historicamente marginalizadas, espera-se que sua utilização estimule a criação de outras práticas, fortalecendo o papel da História como campo de conhecimento comprometido com a sociedade e com a produção de sentidos sobre o passado e o presente.


APÊNDICE

Figura 9 – Capa e folha final.



Exemplos das páginas da cartilha distribuídas para mediação do conhecimento com o público. Elaborada pela equipe responsável.

Figura 10 – Glossário e histórico dos pelourinhos.

GLOSSÁRIO	OS PELOURINHOS	
<p>ALFORRIA</p> <p>INTRODUZIDA PELOS PORTUGUESES EM ZARÃO DOS NEGROS DOS INDIÓGENAS, A PALAVRA FOI SE ADAPTANDO A REALIDADE DOS ESCRAVIZADOS AFRODESCENDENTES. ELA SIGNIFICA QUE OS LIBRESOS AQUISISSIONS MENS E PARTICIPASSAM DA ECONOMIA, MAS QUE AINDA ENFERMIZAVA OS ESTILOS DA SOCIEDADE ESCRAVISTA.</p>	<p>Em Belém, houve a construção de dois pelourinhos. O primeiro esteve localizado na atual praça Frei Caetano Brandão. Em 1734, O Rei de Portugal indica que as construções da Cadeia e Pelourinho da cidade achavam-se edificadas defronte da Igreja Episcopal; Colégio da Companhia, e Igreja do Santo Cristo</p>	
<p>CASA DAS CANOAS</p> <p>EDIFICAÇÃO COMUM NA BACIA AMAZÔNICA. UTILIZADA PARA ABRIGAR A FABRICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CANOAS, FUNCIONANDO COMO ESTALEIRO E ARSENAL, ELAS CONSISTIAM DE GRANDES PLATAFORMAS DE MADEIRA À BEIRA DO RIO.</p>	<p>Destaca-se na ocasião que ali ocorria “grande perturbação ao público” e que as casas de Cadeia se encontravam arruinadas e necessitando de reforma. Ordena então que fosse retirado o “Pelourinho” do lugar no qual estava se colocasse “longe das igrejas, e nunca a vista dellas”.</p>	
<p>CASTIGOS</p> <p>O USO DE INSTRUMENTOS DE TORTURA QUE SERVIAM COMO PUNIÇÕES E DEMONSTRAÇÕES SIMBÓLICAS E LERÁLIZANTES DE PODER. A PARTIR DO CÓDIGO CRIMINAL DE 1810, PUNIÇÕES EXCLUSIVAS PARA ESCRAVIZADOS FORAM INVENTADAS. A LEI DE 1815 REVELAMENTOS A PENA CAPITAL PARA ESCRAVOS EM CASOS DE INSUBEDIÇÃO OU CRIMES CONTRA A VIDA DE SENHORES E REPRESENTANTES.</p>	<p>Assim como as Casas de Cadeia não deveriam permanecer no lugar em que estavam. (AHU-PA, Cx. 16, D. 1514) O segundo pelourinho, construído após as ordens reais, está indicado no Plano Geral da Cidade do Pará, como a encomendada por Francisco de Souza Coutinho, em 1791.</p>	
<p>IRMANDADES NEGRAS</p> <p>RELACIONAM-SE COM A EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DO CULTO CRISTÃO. A GARANTIA DE UM FUMERAL DIGNO, A POSSIBILIDADE DE OCUPAR CARGOS DE PRESTÍGIO E A RELATIVA AUTONOMIA NA GESTÃO DE RECURSOS ATRAVÉS ESCRAVOS, LIBRESOS E PESSOAS DE COR-Á TORNAR-SE SANTO ESPÍRITO E SANTA TERESINHA CARRERAS NOS CAROS DE LIBERANÇA DE NEGROS, A BUSCA PELA LIBERANÇA TORNAM-SE MANIFESTAÇÕES NECESSÁRIAS ORGANIZADAS</p>		
<p>MOVIMENTOS ABOLICIONISTAS</p> <p>O PROTAGONISMO NEGRO INDIVIDUAL E COLETIVO TEMO LUGAR NA LUTA CONTRA O ESCRAVILHÃO NO BRASIL, COM REVOLTOS, PIANOS E OUTRAS FORMAS DE RESISTÊNCIA QUE ADULTILARAM NA DESESTABILIZAÇÃO INTERNA DA ORDEM ESCRAVISTA. NA PARTE FINAL DA ABOLIÇÃO DO PARÁ, OS SENHORES TORNAR-SE PARLITRIZADOS DE CULTURA NEGRA, TENDO COMO PRELÍCIO A MANUTENÇÃO DAS IRMANDADES ESTABELECIDAS SOCIALMENTE. JÁ OS ESCRAVIZADOS, PASSARAM A COMPARTILHAR O MOVIMENTO ABOLICIONISTA POR EM AÇÃO PELOS SENHORES E ABOLICIONISTAS MAIS ENRIÇADOS, SEM DEIXAR DE AGIR INDIVIDUALMENTE, LEVANDO EM CONTA O DESENVOLVIMENTO DO ABOLICIONISMO.</p>		

Exemplos das páginas da cartilha distribuídas para mediação do conhecimento com o público. Elaborada pela equipe responsável.

Figura 11 – Histórico da João Alfredo e do Teatro Providência.

RUA DOS MERCADORES ATUAL JOÃO ALFREDO	TEATRO PROVIDÊNCIA LARGO DAS MERCÊS
<p>Ido o ano de 1621, a invasão portuguesa ampliou sua presença e avançou a sua ocupação para além da cercania do Forte do Presépio. Caminhos e ruas foram abertos na Mairi Tupinambá. Algumas delas seguiram em direção ao que se tornaria a Docca do Reduto. Dentre essas, uma se destacou por congregar a presença de comerciantes locais ao longo dos anos. A seu respeito, viajantes escreveram sobre a experiência de transitar nas ruas de areia da Freguesia de Santana, desviando da importunação de comerciantes locais, na chamada "rua dos mercadores" que seguia do Largo do Palácio ao Largo das Mercês</p> 	<p>Construído em época anterior à revolução dos cabanos, provavelmente por iniciativa de particulares, era a mais tradicional casa de espetáculos de Belém, até a inauguração do Theatro da Paz.</p> <p>Localizava-se no antigo Largo das Mercês, atual praça Visconde do Rio Branco, bem defronte da velha Igreja e Convento dos Mercedários.</p> <p>Até meados da década de 1870, a presença de escravizados era impedida pelo regulamento do próprio teatro. O que muda em 1871 com a promulgação da Lei do Ventre Livre, onde a presença dos escravizados era permitido nos interiores do teatro.</p> <p>Nesse mesmo período, houve a constituição de associações que, organizadas, defendiam os ideais abolicionistas, como no caso da Associação Philantropica de Emancipação dos Escravos (Carlos Seidl - 1869), que teve como palco de reuniões e comemorações das alforrias dos escravizados o dito Teatro Providência.</p> 
<p>A rua também já se chamou rua da "Cadeia", pela construção destacada presente em mapas e representações do final do século XVIII. Baseado em fontes históricas, pode-se inferir que os armazéns da Companhia Geral de Comércio foram estabelecidos naquela rua e que ali ocorriam a venda de escravizados.</p> 	

Exemplos das páginas da cartilha distribuídas para mediação do conhecimento com o público. Elaborada pela equipe responsável.


12 – Histórico da Igreja do Carmo e Ficha Técnica.

IGREJA DO CARMO
DE N.º 5.º DO CARMO

A construção da igreja do Carmo relaciona-se ao momento em que o capitão-mor Bento Maciel Parente, então governador da capitania do Pará, doou aos religiosos do Carmo um terreno para que se estabelecessem (1620).

O terreno era na ponta da Rua do Norte, hoje Siqueira Mendes, e era limitado aos fundos pelas águas pantanosas do Firy. Mas a respeito dos aspectos visuais da Igreja que conhecemos hoje, o século XVIII foi o período decisivo.

Em 1760, houve uma demolição parcial da segunda edificação da igreja. Em seguida, uma nova fachada em pedra foi incorporada à estrutura, o que gerou problemas estruturais graves. Para solucioná-los, o italiano Antonio José Landi foi contratado iniciando sua intervenção em 1766. Ele reestruturou a nave, os cinco retábulos laterais, os retábulos do transepto e os púlpitos, deixando sua marca no estilo e nos elementos arquitetónicos que remetiam ao estilo da família Bibiena, renomada por suas inovações cenográficas



NETES / NOME: CARLA HELENE DE ALBUQUERQUE WONG

FICHA TÉCNICA

COORDENADOR

DIEGO PEREIRA SANTOS

EQUIPE TÉCNICA

ANDREZA RAYANNE ALVES SANTOS	ANA LETÍCIA RODRIGUES RIBEIRO
BÁRBARA FACHECO SOUSA	CAMILLE CLIESS FAZZI DE MELO
CARLOS DANIEL MATOS NASCIMENTO	CIARA VITÓRIA DA LUZ ALEIXO
DANIEL DA SILVA MIRANDA	GABRIELLE SENA VILHINA
VICTOR GABRIEL SERRÃO ARAGÃO	GUSTAVO SANTOS DA SILVA
JAMILLY BASTOS DE OLIVEIRA	JOSÉ EDUARDO CANUTO ALEIXO
KETLEY CAROLYNE BOTELHO SOUZA	MAIARA ALESSANDRA OLIVEIRA MACIEL
ROGER HANIEL FERREIRA DOS SANTOS	ROBERTA SUELLEN FERREIRA CASTRO
THIAGO BASTOS CONCEIÇÃO	YGHOR RODRIGUES VALENTE JUNIOR

Exemplos das páginas da cartilha distribuídas para mediação do conhecimento com o público. Elaborada pela equipe responsável.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei d. Pedro II sobre o pedido do padre Francisco Tavares Macedo [29 jan. 1703]. AHU-Pará, Cx. 5, D. 386.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Carta do governador José da Serra para d. João V [31 jul. 1734]. AHU-Pará, Cx. 16, D. 1514.

ARQUIVO NACIONAL (BR). Correspondência dos governadores do Pará com a corte [1792]. BR RJANRIO 59. COD.0.99, v. 13.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). Registro da Carta de Confirmação do Compromisso Antigo da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia [10 jan. 1855]. APEP, FSP. Códice 1003 (Atual 1157). LRCIR.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Português e Latino** (v. 6: letras O-P). Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, impressor de Sua Majestade, 1720.

FONTES IMPRESSAS

ASSOCIAÇÃO PHILANTROPICA DE EMANCIPAÇÃO DE ESCRAVOS. Diário de Belém, Belém do Pará, ano II, n. 175, p. 3, 5 ago. 1869.

REGULAMENTO PARA O THEATRO PROVIDÊNCIA DA
CIDADE DE BELÉM. Treze de Maio, Belém do Pará, 6º ano, n.
625, p. 1-2, 31 dez. 1855.

BIBLIOGRAFIA

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**.
São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Belém, cidade negra na Amazônia.
Afro-Ásia, n. 63, p. 586-592, 2021.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará**
(séculos XVII-XIX). 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

BEZERRA NETO, José Maia. **Por todos os meios legais e
legítimos: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição**
(Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). 2009. Tese (Doutorado em
História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São
Paulo, 2009.

BEZERRA NETO, José Maia; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos
(org.). **Escravidão urbana e abolicionismo no Grão-Pará,
século XIX**. Jundiá: Paco Editorial, 2020.

CHAMBOULEYRON, R. Escravos do Atlântico Equatorial:
tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Pará (século XVII e
início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, São Paulo,
v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.

CRUZ, Ernesto Horácio da. **Ruas de Belém: significado
histórico de suas denominações**. Belém: CEJUP, 1992 (2ª
edição).

HENRIQUE, Márcio Couto. Irmandades escravas e experiência política no Grão-Pará do século XIX. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 4, n. 1, p. 31-51, 2009.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton (org.). **Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil**. Niterói: Labhoi/UFF, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, 2012.

PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão de origem africana em Belém: um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade (c. 1750-c. 1850)**. 2019. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PEREIRA, Manuel Nunes. A introdução do negro na Amazônia. **Boletim Geográfico (IBGE)**, v. 7, n. 77, 1949.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Belém: SECULT, 1988 (2ª edição).

SANTOS, Diego Pereira. **Entre Costas Brasileiras: o tráfico interno de escravos em direitura à Amazônia, c. 1778-c. 1830**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SANTOS, Diego Pereira. **En los márgenes internos: la trata de esclavos en el interior de Brasil después del fin do monopolio da Compañía de comercio do Grão-Pará c. 1778 – c. 1846**. 2023. Tese (Doutorado em História, Antropologia, Arte e Patrimônio) – Universitat de Barcelona, Barcelona, 2023.

SILVA, Marley Antônia Silva da. **A extinção da companhia de comércio e o tráfico de africanos para o estado do Grão Pará e Rio Negro (1777-1815)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

VERGOLINO, Anaíza. O negro no Pará, uma notícia histórica. In: ROCQUE, Carlos (org.). **Antologia da cultura Amazônica**, v. 6, 1971.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

Realização:



Núcleo de Estudos Afro-brasileiros | UEPA

Apoio:



ISBN 978-65-989454-6-6